

UM OLHAR PARA OS SISTEMAS EDUCATIVOS: O CONTRIBUTO DO RELATÓRIO *EDUCATION AT A GLANCE* DA OCDE¹



Conceição Rego²

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)³ publica anualmente o relatório intitulado *Education at a Glance*, com o qual pretende dar conta da situação dos principais indicadores relativos à educação, disponibilizando uma análise abrangente dos sistemas educacionais nos diversos países membros desta Organização⁴. Este documento é

1..... Nota prévia: todos os dados referidos no texto são retirados do documento citado em Referência e disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2024_c00cad36-en (acedido em novembro 2024).

2..... (mcpr@uevora.pt) ORCID: 0000-0002-1257-412X; Departamento de Economia & CEFAGE U.É.; Escola de Ciências Sociais; Universidade de Évora; Évora, Portugal

3..... A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) surgiu na sequência da Organização para a Cooperação Económica Europeia (OECE), criada para administrar a ajuda americana e canadiana no âmbito do Plano Marshall para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. A Convenção que transformou a OECE na OCDE foi assinada em Paris, em dezembro de 1960, e entrou em vigor em 30 de setembro de 1961. A OCDE tem como propósito proporcionar um maior bem-estar a nível mundial, aconselhando os governos sobre políticas que apoiem um crescimento resiliente, inclusivo e sustentável. Através de análises e recomendações políticas baseadas em factos, normas e redes políticas globais, incluindo uma estreita colaboração com o G7 e o G20, a OCDE tem ajudado a promover reformas e soluções multilaterais para os desafios globais. Estes desafios abrangem todo o horizonte das políticas públicas, desde o princípio do poluidor-pagador, que a OCDE desenvolveu na década de 1970, até ao PISA no domínio da educação, sem esquecer a transparência fiscal e a inteligência artificial (tradução da autora a partir da informação disponível em <https://www.oecd.org/en/about/history.html>, accedido em novembro de 2024).

4..... De entre os países e regiões de língua portuguesa, membros da FORGES, Portugal é um dos países que integra a OCDE e o Brasil mantém relações de cooperação privilegiadas com esta Organização, tendo já manifestado a intenção de aderir.

um importante instrumento de informação para os decisores públicos, investigadores e professores, na medida em que publica dados essenciais para melhorar os sistemas educacionais e promover a equidade e a qualidade da educação.

Neste relatório são disponibilizados conteúdos relacionados com diversos indicadores de educação (financiamento, participação e resultados educacionais, entre outros), destacando-se dados relativos i) ao investimento, público e privado, em educação, ii) acesso e participação nos diversos níveis de educação, iii) resultados da aprendizagem, com realce para o desempenho dos alunos em testes internacionais, como o PISA (Programme for International Student Assessment) e respetivas implicações para políticas educacionais, iv) considerações acerca das condições de trabalho dos professores e respetivas implicações na qualidade da educação, v) problemas de desigualdade e inclusão, destacando nesta perspetiva a inclusão de grupos marginalizados e a equidade no acesso aos sistemas educativos, e vi) explora tendências e desafios como a digitalização da educação e os desafios que os sistemas educacionais enfrentam na atualidade.

O relatório *Education at a Glance 2024* realça o tema da equidade, e procura mostrar as disparidades existentes nos sistemas educativos e nos subsequentes resultados sociais e no mercado de trabalho. Centra-se igualmente em várias dimensões que são particularmente importantes para a equidade na educação, como a educação na primeira infância e o financiamento da educação.

O debate da equidade, no que respeita ao acesso e permanência, no sistema educativo, não está à margem dos efeitos intergeracionais associados à educação. Desde logo porque a decisão acerca da permanência no sistema educativo, bem como o respetivo modo de frequência, cabe, em primeira instância, aos pais. Estamos assim perante decisões tomadas por uma geração e que produzem efeitos na geração seguinte. Por isso, a melhoria na qualificação global de uma população demora tempo a concretizar-se e implica, em geral, um esforço de investimento, público e das famílias, muito significativo. Também aqui os efeitos acontecem em momentos distintos notempo: enquanto as despesas com investimento se fazem no presente, os benefícios, privados e públicos, da educação apenas são visíveis no futuro. Mas o carácter intergeracional dos efeitos da educação é muito mais abrangente. O relatório deste ano conclui que a origem familiar continua a ter uma forte influência nos resultados esco-

lares: menos de 1 em cada 5 adultos, cujos pais não concluíram o ensino secundário (geralmente, um total de 11 ou 12 anos de escolaridade), possui um diploma universitário ou outra forma de qualificação superior. Enquanto 72% dos adultos que têm pelo menos um progenitor com um diploma de ensino superior obtiveram também um diploma de ensino superior, apenas 19% dos adultos cujos pais não concluíram o ensino secundário superior têm um diploma de ensino superior. Por outro lado, as crianças de famílias com baixos rendimentos têm, em média (nos países com dados disponíveis a este respeito), menos 18 pontos percentuais de probabilidade de frequentarem estabelecimentos de ensino pré-escolares antes dos 3 anos de idade. Esta desvantagem persiste nos diferentes níveis, afetando o desempenho nas avaliações do ensino básico e secundário e reduzindo a probabilidade de conclusão com sucesso dos níveis de ensino mais elevados (secundário e superior). A educação na primeira infância revela-se assim, como um importante instrumento para colmatar as lacunas de desenvolvimento antes de as crianças entrarem no ensino básico, o que a torna fundamental para atenuar os efeitos das assimetrias socioeconómicas.

Este documento, que estamos a analisar, mostra que as desigualdades são transversais às várias idades, estão associadas com o *background* socioeconómico e educativo das famílias, mas também ao facto de ser homem ou mulher. As mulheres registam melhores resultados escolares, por comparação os homens, de acordo com a maioria das medidas disponíveis: tendem a obter resultados mais elevados nas avaliações, apresentam uma probabilidade menor de repetir um ano de escolaridade, nos níveis de ensino básico e na primeira etapa do ensino secundário, e têm mais probabilidade de completar com sucesso as etapas finais do ensino secundário e o ensino superior. As mulheres têm também mais probabilidades de ingressar no ensino superior do que os homens e a proporção de mulheres com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos que possuem um diploma do ensino superior é significativamente mais elevada (54% das mulheres jovens contra 41% dos homens jovens em toda a OCDE). Contudo, as mulheres jovens têm menos probabilidades de estar empregadas, sendo a diferença particularmente grande para as que não concluíram o ensino secundário. Também no caso do emprego, as mulheres com qualificações de nível superior registam uma taxa de empregabilidade de 84%, o que representa 6 pontos percen-

tuais menos da taxa de emprego dos homens com qualificações semelhantes. Além disso, as mulheres jovens também ganham menos do que os homens jovens, com rendimentos médios 15% mais baixos para as que não possuem um diploma do ensino secundário e 17% mais baixos para as que possuem um diploma do ensino superior.

O *Education at a Glance* de 2024 também se dedica à análise do problema da falta de professores com qualificações adequadas, o que neste momento faz com que não haja docentes em quantidade suficiente para ocupar todos os lugares disponíveis. Trata-se de um desafio que afeta diversos países, entre os quais Portugal, e que decorre da conjugação de dois fatores: por um lado, o número elevado de professores e educadores que saem do sistema educativo por motivos de reforma/aposentação e, por outro, o facto de muito poucos professores jovens entrarem na carreira. De acordo com a OCDE, para ultrapassar este problema, a política pública deve disponibilizar maior apoio financeiro, por exemplo através da atribuição de subsídios específicos, aos professores que aceitem lecionar em escolas onde se verifique maior escassez de docentes, bem como promover apoio profissional suficiente e um forte reconhecimento público dos esforços dos professores, fomentando a valorização da profissão docente.

No que respeita ao ensino superior, o documento em análise destaca a preponderância do sistema público (63% dos estudantes obtiveram um diploma de conclusão do 1.º ciclo deste grau – licenciatura – em instituições de natureza pública), ainda que se registre um ligeiro aumento da presença das instituições privadas em todos os graus de formação do ensino superior. Outro dos aspetos salientados respeita à diversidade da escolha de cursos por homens e mulheres: ainda que as mulheres estejam sobre-representadas na generalidade do ensino superior, a sua distribuição é distinta entre as diversas áreas científicas. Apenas 15% das mulheres que ingressam no ensino superior escolhem uma área de ciências, tecnologia, engenharia ou matemática (STEM), em comparação com 41% dos homens que ingressam neste nível de ensino. Em contrapartida, apenas 4% dos homens que frequentam o ensino superior optam pela área da educação e 8% pela área da saúde e bem-estar. Um terceiro domínio de destaque respeita às taxas de conclusão do ensino superior as

quais revelam disparidades relacionadas com o *background* dos pais e da imigração dos estudantes. Os estudantes com pais menos instruídos e/ou imigrantes tendem a apresentar taxas de conclusão inferiores às dos estudantes com pais mais instruídos ou não imigrantes.

Ainda que os sistemas educativos não tenham como propósito fundamental corrigir as desigualdades sociais existentes nos diversos países, a política pública de educação deve privilegiar a melhoria do acesso e a permanência na escola, nos vários graus de ensino, desde o pré-escolar até ao superior, com vista a melhorar a equidade, a inclusão, a justiça social, a democracia e a liberdade.

Referência:

OECD (2024), Education at a Glance 2024: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c00cad36-en>.